A PROMOÇÃO DE AÇÕES SOCIAIS VOLTADAS À SAÚDE MENSTRUAL PARA MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL

ANA RITA BARBOSA NAHUM

RESUMO

Neste estudo se propõe identificar as fragilidades e analisar a eficiência acerca do direito à dignidade menstrual, como componente do direito fundamental de proteção à saúde das mulheres. O tema envolve a carência de recursos, infraestrutura e conhecimento acerca dos cuidados que envolvem o ato de menstruar. Visto que o Estado Democrático de Direito é baseado na defesa da democracia e dos direitos e garantias fundamentais, considera-se principalmente que é seu dever assegurar o direito à saúde a todos, mediante a promoção de medidas públicas eficazes. Destarte, trata-se de uma pesquisa descritiva qualitativa, com o uso do método Hipotético Dedutivo, uma vez que se pauta em argumentação ordenada, coerente e lógica. A dignidade menstrual refere-se ao direito de ter acesso a produtos de higiene adequados e a informações sobre o ciclo menstrual, garantindo que mulheres possam gerenciar seu período sem sofrer riscos à saúde ou que sejam prejudicadas em suas atividades diárias. A Lei Federal 14.214/2021, que cria o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual, busca promover essa dignidade, oferecendo acesso a absorventes e outros cuidados básicos. Diante disso, busca-se analisar a eficácia e acessibilidade de políticas públicas, bem como a promoção de programas que envolvem a identificação e resolução de problemas de interesse público através de ações governamentais. Isso inclui a definição de metas, estratégias e recursos para alcançar objetivos específicos, como melhorar a qualidade de vida, promover o desenvolvimento social e garantir direitos básicos da população. Por fim, o estudo busca explorar a promoção e a efetividade de ações, identificando possíveis fragilidades e analisando os impactos da pobreza menstrual. Assim, exteriorizando a discussão de temas de saúde da mulher em ambientes científicos e multiprofissionais, permitindo uma compreensão mais abrangente das necessidades de saúde das mulheres, levando a práticas mais eficazes e humanizadas.

Palavras-chave: Dignidade; Desigualdade; Menstruação.

1 INTRODUÇÃO

As mulheres desde muito cedo sofrem com os efeitos severos da pobreza. O labiríntico e difícil acesso à escola, o trabalho precoce e a ausência de informação, são alguns fatores condicionantes/determinantes que contribuem para esse cenário. Um dos efeitos mais perversos dessa pobreza, diz respeito à menstruação. A pobreza menstrual se sobressai na impossibilidade de adquirir o absorvente para usar durante esse período, considerado supérfluo. Em virtude dessa dificuldade, muitas meninas faltam às aulas nesse período, bem como acabam por privar-se da interação social. Ao admitir que tal situação constitui-se grave violação dos direitos humanos das mulheres, a Organização das Nações Unidas (ONU) criou

DOI: 10.51161/iii-conasm/57016

o Dia da Dignidade Menstrual, com o intuito a suscitar a discussão e o enfrentamento a essas questões que dizem respeito não apenas ao acesso a absorventes higiênicos, mas também a banheiros, água potável e à educação menstrual, processo que inclui conhecimentos sobre essa fase da vida das mulheres cercada de preconceitos e tabus (Patriota *et al.,* 2023).

Ao redor do mundo, é comum, por questões culturais ou religiosas, ou por pela condição de pobreza em si, que pessoas sejam submetidas a situações danosas à sua saúde física e mental, além de seu desenvolvimento social, durante seu ciclo menstrual. Isso se configura como pobreza menstrual. Segundo a UNICEF, para combater a pobreza menstrual é necessário garantir: (i) acesso a produtos de higiene menstrual, (ii) infraestrutura de banheiro adequada em instalações públicas, (iii) acesso a medicamentos, se e quando necessários, para mulheres durante o período menstrual, (iv) educação e informação sobre menstruação, (v) combate à estigmatização e preconceito da menstruação, (vii) redução ou isenção da tributação, precificação e mercantilização de produtos de higiene e saúde menstrual e nos (viii) monitoração e avaliação dos efeitos prejudiciais da pobreza menstrual na vida de pessoas que menstruam (Moreira, 2021).

Em um diagnóstico da situação do Brasil, apuraram-se dados alarmantes sobre a pobreza menstrual, especialmente no ambiente escolar. Isso, porque 1,24 milhão de meninas, 11,6% do total de alunas, no país, não tem acesso a sequer papel higiênico nos banheiros de suas escolas e 31,32% estudam em escolas sem esgotamento sanitário. Além disso, há um atraso na Educação sobre menstruação, que normalmente ocorre nos últimos anos do Ensino Fundamental, quando a maioria dos estudantes já menstruou pela primeira vez. Também, nota-se que os programas de saúde pouco focam no atendimento e tratamento de sintomas pré-menstruais. Ainda, o Brasil consiste em um dos países que mais tributa produtos de higiene menstrual no mundo (Moreira, 2021). Nesse contexto, a falta de acesso e eficiência de programas direcionados para esse público-alvo podem ocasionar graves consequências para a saúde, bem-estar, educação, e impactar diretamente na autoestima e qualidade de vida de mulheres e adolescentes.

Em síntese, a pobreza menstrual não pode ser entendida somente pela escassez de recursos financeiros para adquirir produtos de higiene, mas também como um reflexo dos fatores sociais, como a desigualdade social e de gênero, sendo vista como um tabu. Diante disso, falar em precariedade é dialogar sobre políticas públicas capazes de abolir estigmas que ainda existem em algumas partes do mundo e que limitam o apoio adequado às pessoas que menstruam e torna a higiene um desafio. Faz-se necessário o cumprimento de projetos, programas e políticas públicas que visam o combate à precariedade menstrual, a fim de alcançar a paridade de gênero e a menstruação digna às mulheres (Cassimiro *et al.,* 2022). Estudos sobre a pobreza menstrual são essenciais para compreender a complexidade da questão e seus impactos em diferentes grupos sociais.

Desta forma, a discussão a respeito da dignidade menstrual torna-se indispensável, sobretudo, no cumprimento de medidas eficazes para combater a pobreza menstrual. Assim, desmistificando a menstruação e promovendo o conhecimento sobre saúde menstrual, educação sexual e higiene pessoal, sendo essas medidas cruciais para o enfrentamento de desigualdades sociais e econômicas, garantindo o acesso a direitos básicos para todas as pessoas que menstruam. Por fim, o presente trabalho resume-se em discutir sobre as fragilidades econômicas e sociais, a promoção e a efetividade de ações sociais que envolvem o tema.

2 MATERIAL E MÉTODOS

DOI: 10.51161/iii-conasm/57016

O presente trabalho configura-se como um estudo de caso, do tipo exploratório-descritivo, pois se busca um maior entendimento da temática proposta de modo a proporcionar uma melhor visão geral da mesma e só então, orientar a delimitação da pesquisa e seus objetivos com abordagem qualitativa. A natureza descritiva deste trabalho se dará pela coleta sistêmica de dados, registrando, analisando e interpretando fenômenos observados.

Quanto aos meios de investigação, realizou-se uma revisão da literatura nacional por meio de artigos utilizando as plataformas: Google acadêmico e Scientific Eletronic Library Online (ScieLO), onde foi possível aceder à base de dados LILACS. Nesse interim, foi feita uma seleção de artigos publicados nos últimos dez anos, abordando a promoção de ações sociais voltadas à saúde menstrual para mulheres em situação de vulnerabilidade social.

A pesquisa bibliográfica inclui artigos originais, artigos de revisão e diretrizes escritos nas línguas inglesa e portuguesa, sendo selecionadas de acordo com a relevância. Quanto aos critérios de inclusão foram: Idioma (português e inglês); Disponibilidade (texto integral), todo o tipo de artigos. Foram ainda consideradas as referências desses artigos, o que possibilitará a construção de um referencial teórico sobre assuntos que diretamente relacionados ao tema em questão.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os dados analisados revelam que a pobreza menstrual é uma realidade presente em diversas regiões do Brasil, afetando, principalmente, adolescente e mulheres em situação de vulnerabilidade socioeconômica. De acordo com o relatório do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF, 2021), 713 mil meninas vivem em domicílios sem acesso a banheiro ou chuveiro, e mais de 4 milhões carecem de itens básicos para o cuidado menstrual. Esse contexto compromete não apenas a saúde física, mas também a saúde mental e o bem-estar emocional dessas populações.

Estudos qualitativos realizados com adolescentes em escolas públicas (SANTOS; COSTA, 2022) apontam sentimentos recorrentes de vergonha, medo de vazamentos, ansiedade e exclusão social durante o período menstrual. Muitas estudantes relataram evitar frequentar aulas ou participar de atividades escolares por falta de absorventes ou infraestrutura sanitária adequada. Esses fatores impactam diretamente o rendimento escolar, a autoestima e o desenvolvimento socioemocional dessas jovens. Tais achados corroboram pesquisas internacionais, como a de Sommer *et al.* (2016), que evidenciam o impacto da insegurança menstrual sobre o desempenho escolar e a saúde mental de meninas em países de baixa e média renda.

Além disso, a ausência de educação menstrual nos ambientes escolares contribui para a manutenção de tabus, desinformação e estigmatização. A primeira menstruação, muitas vezes, é acompanhada de medo e constrangimento devido à falta de preparo e de espaços de acolhimento e diálogo (HENRY; ELLIS, 2021). O silêncio cultural sobre o tema reforça barreiras emocionais e sociais que afetam o equilíbrio psicológico de adolescentes e mulheres em diferentes contextos.

O problema também se manifesta de forma ainda mais crítica entre populações em situação de rua ou privadas de liberdade, que enfrentam desafios extremos no acesso a produtos menstruais e condições mínimas de higiene. Nesses casos, o uso de materiais improvisados como papel, jornal ou tecidos reutilizados agrava o risco de infecções e contribui para a deterioração da saúde física e mental dessas mulheres (UNICEF, 2021).

Dessa forma, os resultados demonstram que a pobreza menstrual deve ser compreendida como um fenômeno multidimensional, que ultrapassa a esfera da higiene e adentra os campos da saúde pública, da educação e dos direitos humanos. A implementação

DOI: 10.51161/iii-conasm/57016

de políticas públicas intersetoriais que assegurem o fornecimento gratuito de produtos menstruais, a melhoria da infraestrutura sanitária e a promoção da educação menstrual são medidas fundamentais para garantir a dignidade, o bem-estar psicológico e a equidade de gênero.

4 CONCLUSÃO

O acesso à higiene menstrual é uma questão de saúde pública e de direitos humanos. A situação de fragilidade e desproteção agravam-se ainda mais quando se trata de mulheres de baixa renda, em situação de rua e/ou privadas de liberdade. Nesse contexto, buscou-se debater sobre o dever estatal na elaboração de políticas públicas e o impacto direto da pobreza menstrual na qualidade de vida das mulheres. O início do ciclo menstrual, ou menarca, pode trazer alterações emocionais em adolescentes devido a mudanças hormonais e a adaptação a uma nova fase de desenvolvimento. Em um contexto geral, impacta significativamente na saúde mental e emocional. A falta de absorventes, de água e de saneamento básico pode gerar vergonha, estresse, ansiedade e, em alguns casos, até depressão, além de afetar o desempenho escolar e profissional. A precariedade menstrual pode levar à falta de frequência escolar ou profissional, o que afeta o desenvolvimento pessoal, a autonomia e a possibilidade de alcançar seus objetivos.

O Projeto de Lei n. 4.968/2019, que visa instituir o Programa de Proteção e Promoção à Saúde Menstrual foi bem recepcionado e sem oposição entre os parlamentares, no entanto, isso não aconteceu no Poder Executivo. O ex-presidente da República, Jair Bolsonaro, vetou os principais pontos desse programa. Entre esses pontos estava a oferta gratuita de absorventes higiênicos, por não ter indicação de fonte de receita. O projeto foi, então, considerado contrário ao interesse público, e foi aprovada apenas a parte relativa à campanha informativa. Posteriormente, o Projeto de lei chegou ao Congresso Nacional, passou por sessão plenária e foi aprovado sem objeções. A única repercussão negativa que o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual teve foi o veto parcial do ex-presidente da República (Brito; Siqueira, 2024).

O Governo Federal Brasileiro, a partir do Programa Dignidade Menstrual, oferta gratuitamente pelo Programa Farmácia Popular do Brasil absorvente para pessoas de baixa renda que estejam matriculadas em escolas da rede pública, em situação de rua ou de vulnerabilidade extrema. O Programa é para todas as pessoas que menstruam, tanto brasileiras como estrangeiras, que tenham entre 10 e 49 anos, inscritas no Cadastro Único (CadÚnico) e com CPF válido. A pobreza menstrual configura-se como uma questão de saúde pública, justiça social e equidade de gênero, com impactos diretos e indiretos sobre a vida de milhões de mulheres e adolescentes, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade social. A escassez de acesso a produtos de higiene menstrual, infraestrutura sanitária adequada e informação qualificada compromete não apenas a saúde física, mas também a saúde mental dessas populações, afetando sua autoestima, bem-estar emocional e inserção social e educacional.

Os dados analisados e as evidências disponíveis demonstram que a vivência da menstruação em contextos de pobreza está frequentemente associada a sentimentos de vergonha, ansiedade, medo e exclusão. Esses fatores contribuem para o absenteísmo escolar, o isolamento social e a reprodução de desigualdades estruturais de gênero. Além disso, a ausência de políticas públicas específicas e a permanência de tabus culturais em torno da menstruação agravam esse cenário, limitando o acesso à dignidade menstrual como um direito humano fundamental.

DOI: 10.51161/iii-conasm/57016

Diante disso, faz-se urgente à elaboração e implementação de políticas intersetoriais que garantam o acesso gratuito a insumos menstruais, a inclusão da educação menstrual nos currículos escolares e a ampliação de infraestrutura sanitária em escolas, abrigos e demais espaços públicos. É igualmente necessário promover campanhas de conscientização que desconstruam estigmas culturais e incentivem o diálogo aberto sobre o tema.

Portanto, o enfrentamento da pobreza menstrual deve ser tratado como prioridade nas agendas públicas e acadêmicas, visando à promoção da saúde integral física e mental de meninas, mulheres e demais pessoas que menstruam. Somente por meio de uma abordagem baseada em direitos humanos, equidade e inclusão será possível garantir condições dignas de cuidado menstrual e promover transformações sociais sustentáveis.

REFERÊNCIAS

Brito, L. M. T. de ., & Siqueira, M. de .. (2024). **O *backlash* antidignidade menstrual no Executivo brasileiro:** quando falta dinheiro para comida, absorvente é artigo de luxo. *Revista Direito GV*, *20*, e2411. https://doi.org/10.1590/2317-6172202411

CASSIMIRO, João Carlos *et al.* Desafios no combate à pobreza menstrual: uma revisão integrativa. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 5, n. 2, p. 5181-5193, 2022.
HENRY, N. D.; ELLIS, A. B. Menstruation and Mental Health: Hidden Consequences of Period Poverty. International Journal of Adolescent Health and Medicine, New York, v. 33, n. 1, p. 25–32, 2021.

MOREIRA, Luisa Prado Affonso. **Pobreza Menstrual no Brasil**. 2021. Tese de Doutorado. Dissertação (Mestrado em Gestão de Políticas Públicas)-Escola de Administração de Empresas da Fundação Getúlio Vargas, São Paulo.

PATRIOTA, Elizabete Bezerra *et al.* Dignidade menstrual: a face feminina da pobreza. **Interfaces Científicas-Humanas e Sociais**, v. 10, n. 1, p. 255-270, 2023.

SANTOS, L. M.; COSTA, A. B. Pobreza menstrual e os impactos na saúde mental de adolescentes em situação de vulnerabilidade. Revista Brasileira de Saúde Materno Infantil, Recife, v. 22, n. 3, p. 665-673, 2022. DOI: https://doi.org/10.1590/1806-93042022000300003.

SOMMER, M. *et al.* A Time for Global Action: Addressing Girls' Menstrual Hygiene Management Needs in Schools. PLOS Medicine, San Francisco, v. 13, n. 2, e1001962, 2016. DOI: https://doi.org/10.1371/journal.pmed.1001962.

UNICEF. Pobreza menstrual: desafios para meninas e adolescentes no Brasil. Brasília: UNICEF, 2021. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual.